Companhia Portuguesa de Electricidade

Previsão do seu desenvolvimento de 1971 a 1975

A posição da CPE no sector energético nacional

A Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE foi constituída em Dezembro de 1969 por fusão, autorizada pelo Decreto-Lei n.º 49 211, de 27 de Agosto de 1969, das cinco anteriores sociedades de produção e transporte de energia da rede eléctrica primária Hidro-Eléctrica do Zêzere, Hidro-Eléctrica do Cávado, Companhia Nacional de Electricidade, Hidro-Eléctrica do Douro e Empresa Termoeléctrica Portuguesa.

A CPE concentra pois em si as vastas actividades antes repartidas por essas cinco sociedades, estendendo-se o seu campo de acção à produção e transporte de energia a todo o Portugal Continental, em regime de exclusividade que lhe foi legalmente concedido. Daí que as responsabilidades inerentes sejam de excepcional envergadura nos domínios técnico, económico e financeiro e que neste último, de característica fortemente capital-intensiva, a gestão da empresa assuma aspectos relevantes: basta pensar que ao ritmo de crescimento do mercado de energia, a duplicar em cerca de sete anos, será necessário duplicar também no mesmo curto período a nossa capacidade produtora e de transporte, lançando sucessivamente novas centrais, para o que será preciso mais do que duplicar, nesses sete anos, o valor do imobilizado actual que, a custos iniciais, atinge cerca de 19 milhões de contos.

A produção da rede da CPE em 1970 atingiu o valor de 6086 GWh (milhão de quilowatt-hora), correspondendo a 82,3 % da produção efectuada para satisfação do consumo total interno de electricidade em Portugal Continental, percentagem que aumentará sucessivamente na medida em que os acréscimos de consumo da rede eléctrica nacional serão integralmente satisfeitos pela Companhia.

Empreendimentos em exploração

Os empreendimentos da CPE em exploração no final de 1970, são os constantes do seguinte quadro:

APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS			
Aproveitamento	Sistema	Potência MW	Custo (milhares de contos)
Venda Nova			
Salamonde			
Caniçada	Cávado Rabagão	309	3 463
Paradela			
Alto Rabagão			
Picote			
Miranda	Douro	628	3 657
Bemposta			
Távora			
Castelo do Bode			
Cabril	Zêzere	286	1 388
Bouçã			
	Soma	1 223	8 508
CENTRAIS TÉRMICAS			
		Potência MW	
Tapada do Outeiro		150	819
Carregado		250	1 237
	Soma	400	2 056
REDE DE TRANSPORTES			
		Potência MVA	
Linhas	220 kV — 1490 Km 150 kV — 1340 Km 60 kV — 372 Km		1 147
Subestações		2 395	804
	Soma	2 395	1 951
	Laboratório e Telecomunicações		130
TOTAL			12 645

Planeamento: empreendimentos e investimento

Em face do ritmo de crescimento dos consumos de energia que se tem vindo a verificar e dos programas de desenvolvimento da economia portuguesa oficialmente traçados, é de prever que, dentro de cinco anos, em 1975, a produção da rede da CPE alcance cerca de 10 200 GWh (participação CPE cerca de 91 %).

Para satisfazer o correspondente acréscimo do seu mercado consumidor a empresa tem em construção, de acordo com o planeamento aprovado para a realização de novos centros produtores, em conformidade com o III Plano de Fomento, os empreendimentos constantes dos quadros seguintes, a entrar em serviço até ao final do ano de 1975 e em que se despendeu já mais de 5 milhões de contos:

Centrais hidroeléctricas

Rio	Centrais	Potência MW	Data prevista de entrada em serviço	Investimento previsto (milhares de contos)
Tejo	Fratel	3×43	1973	1 000
Douro	Carrapatelo*	3×60	1971/2	2 200
	Régua	3×52	1972	1 850
	Valeira	3×60	1975	2 000
Homem (bacia do Cávado)	Vilarinho das Furnas	1×64	1971	950

* Dois grupos em serviço em 1971.

Centrais térmicas

Carregado	Potência MW	Data prevista de entrada em serviço	Investimento previsto (milhares de contos)
Grupo 3	125	1971	500
Grupo 4	125	1793	410
Grupo 5	125	1975	610
Grupo 6	125	1975	520

Outros empreendimentos terão entretanto de ser iniciados no presente quinquénio, com vista a garantir as sempre crescentes necessidades de electricidade e, como a construção de um novo centro produtor demora em geral de 4 a 6 anos, desde o arranque à sua inteira conclusão, será necessário até final de 1975 iniciar os trabalhos de execução e de instalação dos novos centros que hão-de vir a assegurar, juntamente com o sistema electroprodutor existente, a produção da CPE no ano de 1980, a qual, de acordo com as estimativas actuais, deverá atingir cerca de 16 000 GWh (participação CPE cerca de 94 %).

Embora o programa dos novos centros produtores de electricidade a construir após 1973, terminada a vigência do III Plano de Fomento, não esteja ainda oficialmente aprovado, os estudos efectuados pela CPE comprovam que a solução

mais económica, de que resulte o mais baixo custo por kWh produzido, deverá incluir novas centrais térmicas e hidroeléctricas.

Quanto às primeiras, há que iniciar a instalação até final do ano de 1975, de equipamentos correspondendo à potência total de 1000 MW.

Entre as hipóteses alternativas estudadas, admite-se uma que corresponde à instalação de 2 grupos de 250 MW numa nova central térmica a fuel a situar a sul do Tejo, os quais terão de entrar em serviço entre 1976 e 1978, seguindo-se-lhes em meados de 1979 um primeiro grupo nuclear com a potência unitária da ordem de 500 MW, a instalar a norte de Lisboa, possivelmente na orla marítima. Iniciar-se-ia, assim, a época nuclear em Portugal.

Quanto aos novos aproveitamentos hidroeléctricos, foi aprovado oficialmente e está já em fase inicial de execução o escalão de Agueira no rio Mondego, obra de finalidade múltipla que, além de assegurar o domínio das cheias do Mondego e a rega dos campos marginais a jusante de Coimbra e, em fase ulterior, dos campos de Cantanhede ao Vouga, virá a dar uma importante contribuição ao sistema electroprodutor, contribuição à qual corresponderá o investimento a tomar pela CPE.

No referente aos demais aproveitamentos hidroeléctricos a iniciar até ao final do ano de 1975, não há ainda programa oficialmente estabelecido. Entre os vários projectos considerados contam-se essencialmente os de Crestuma e Pocinho, no Douro, os quais completam o aproveitamento energético daquele rio e possibilitam a sua navegação até à foz. A CPE tem também em curso estudos no Guadiana, Lima e no Alto Zêzere-Mondego, tendo em vista as possibilidades múltiplas destas bacias, e procede à elaboração de projectos de aproveitamentos hidroeléctricos nos afluentes do Douro, nomeadamente o Tâmega.

Todos estes estudos e projectos, quando concluídos, permitirão a selecção dos melhores aproveitamentos com prioridade de construção. É de prever que, pelo menos dois ou mais aproveitamentos hidroeléctricos a definir, de entre os agora em fase de projecto, venham a ter início de execução até ao final do ano de 1975.

Quanto à rede de transporte, prevê-se a sua natural ampliação em correspondência com o lançamento de novas centrais eléctricas e com as próprias necessidades do mercado consumidor. Assim serão ampliadas algumas subestações existentes, abertas outras e construídas novas linhas de transporte, quer a 220 kV, quer, pela primeira vez em Portugal, a 400 kV (tensão da Europa interligada).

Este novo escalão de tensão visa a interligação dentro do País dos principais núcleos produtores e consumidores com elevadas concentrações de potência e a sua integração na rede europeia, através da rede espanhola, com a finalidade de apoio mútuo entre redes nacionais e maior segurança e garantia de abastecimento dos mercados de electricidade.

Prevê-se que o plano de investimentos da CPE, destinado à conclusão da construção dos centros produtores agora em realização e dos novos a iniciar até final do ano de 1975 e, ainda, à exe-

cução de novas subestações, ampliação de algumas existentes e reforço da rede de transporte, venham a ser, por ano, o seguinte:

em 1971	1 700 000 contos
1972	2 000 000 contos
1973	2 300 000 contos
1974	2 600 000 contos
1975	2 900 000 contos

O investimento total que a CPE necessita assim de fazer no quinquénio, para assegurar o abastecimento de energia eléctrica ao País e preparar com a antecipação indispensável a estrutura de produção e transporte para o crescimento todos os anos renovado do consumo de electricidade, deverá atingir, portanto, os 11,5 milhões de contos.

Financiamento

O financiamento da expansão da Companhia tem exigido a mobilização de vultosos recursos e uma política prudente de autofinanciamento, tendo-se, no referente a aprovisionamento de meios financeiros, dado maior prevalência a empréstimos directos a longo prazo, pela conveniência de se operar um adequado ajustamento de distorções na composição dos capitais permanentes que transitaram das antigas empresas.

O quadro que se segue mostra a composição desses capitais desde o início da CPE e a que se prevê no final de 1972, sendo evidente a translação que se vem verificando na sua distribuição percentual.

Anos	Totais	Capital social em circulação	Recursos próprios	Capital alheio
Em milhares de contos				
1969	15 637	5 474	3 627	6 536
1970	17 191	5 474	4 091	7 626
1971	19 087	5 474	4 645	8 968
1972	20 906	5 474	5 375	10 057
Em percentagens				
1969	100,0	35,0	23,2	41,8
1970	100,0	31,8	23,8	44,4
1971	100,0	28,7	24,3	47,0
1972	100,0	26,2	25,7	48,1

Para fazer face às suas necessidades de novos capitais permanentes e para além dos recursos próprios, a Companhia conta socorrer-se futuramente do mercado financeiro interno — e do externo na medida em que para o País e para a Empresa seja necessário e conveniente — utilizando as várias fontes possíveis, de acordo com

a conjuntura, por forma a atingir-se uma estrutura financeira adequada à sua actividade.

Serão então de adoptar esquemas para financiamento dos investimentos situados entre os limites que se indicam:

— Capital acções (incluindo o resultado da conversão de obrigações)	30 %	35 %
— Capital alheio em várias modalidades (inclusive obrigações convertíveis)	55 %	55 %
— Autofinanciamento	15 %	10 %

O volume de investimento para os próximos anos e o seu financiamento pelas fontes e nas proporções antes indicadas, conduzem a capital-acções cada vez maior e a amortizações financeiras sempre crescentes, o que significa também progressivos encargos no domínio da remuneração dos capitais permanentes. Tal subida de encargos terá contrapartida no aumento de receitas da exploração dentro do equilíbrio económico das concessões, equilíbrio que a Lei assegura em termos inequívocos (Decretos-Lei n.ºs 43 335, de 19 de Novembro de 1960; 46 031, de 14 de Novembro de 1964; 46 917, de 23 de Março de 1966; 47 335, de 29 de Maio de 1967 e 49 211, de 27 de Agosto de 1969).

Alinham-se seguidamente o imobilizado, as receitas e os resultados, não só da Companhia desde a data da sua fundação — exercício do ano de 1969 —, mas também idênticos elementos do passado, reportando-se estes ao conjunto das cinco empresas fusionadas e ao início da exploração da rede eléctrica primária — em 1951 — de cujos empreendimentos e instalações tais empresas eram concessionárias.

ANOS	IMOBILIZADO (em contos)	RECEITAS (em contos)	RESULTADOS (em contos)
1951	1 522 173	88 419	41 200
1955	3 309 764	249 149	133 849
1960	6 603 100	472 739	224 369
1965	10 819 964	986 583	250 213
1966	11 836 876	1 103 456	282 046
1967	13 122 050	1 307 373	383 613
1968	14 405 374	1 399 529	414 653
1969	15 814 714	1 496 784	487 577
1970	17 333 918	1 710 582	493 200
1971	19 100 000 *	1 900 000	—

* Previsão

São dados que traduzem o ritmo de expansão da rede eléctrica primária em face do crescimento dos consumos, acrescentando-se que nos últimos 6 anos não se verificou qualquer modificação tarifária.